

UM CAVALO DE TRÓIA NO JUDICIÁRIO

DOMINGOS FRANCIULLI NETTO

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Com a instituição de um Conselho Nacional da Magistratura heterogêneo, isto é, com a participação de políticos (pessoas indicadas pela Câmara e pelo Senado), representantes da OAB e do Ministério Público, além de magistrados, está-se criando um cavalo de Tróia para penetrar no Poder Judiciário, na feliz comparação do jurista Cândido Rangel Dinamarco (Instituições, Malheiros eds., 3ª ed., 2003, I/409).

A circunstância de estar prevista a preponderância de magistrados na composição do conselho não tem a importância ressaltada por alguns dos defensores da triste inovação. Basta a presença de uma única pessoa estranha aos quadros da magistratura para tornar o órgão heterogêneo; portanto, espúrio. A questão é qualitativa e não quantitativa.

O Congresso Nacional, a vingar o projeto, irá marchetar perigosa fenda no princípio da separação dos poderes, ínsito ao regime republicano democrático presidencialista. Tão importante é esse princípio que nem sequer precisou ser explicitamente insculpido na Constituição americana de 1787 para ser tido e havido como inviolável, como explicam, segundo a autorizada lição de José Horácio Meirelles Teixeira (Curso de Dir. Const., For. Univ., 1991, p. 582), os grandes publicistas americanos da época Madison, pai desse notável diploma, Jefferson, Hamilton, Jay etc.

Mais a mais, a separação dos poderes, por constituir-se em cláusula pétrea, é garantia constitucional inalterável pelo Poder Constituinte derivado, como no caso presente (CF, art. 60, § 4º, n. III), na esteira dos que defendem versados na matéria, tais como Ives Gandra



da Silva Martins (Folha de SP, 20.2.2004, p.A3); Francisco de Paula Sena Rebouças (Fim de Século e Justiça, ed. Juarez, 2002, p.117); Alexandre de Moraes (Rev. de Inf. Legislativa, ano n. 35, n.140, 1998, p. 63); e Francisco Peçanha Martins (Rev. Jur. de Osasco. 1/94, p. 46), entre inúmeros outros.

O pior é que se promete com esse conselho arredar todos os males que assolam a morosa prestação jurisdicional, para o que, aliás, em muito e muito contribuem os entes públicos da Administração direta e indireta, que, à custa do Judiciário, contornam e protraem seus crônicos problemas de caixa ou, sem eufemismos, calotes. Em mais de 70% dos recursos que figuram nas pautas dos tribunais comparecem tais entes como autores, réus ou, no mínimo, interessados.

O Conselho Nacional heterogêneo, como o que se anuncia, não irá resolver os problemas que atravancam o Poder Judiciário, que são, notadamente, ocasionados pela plethora de processos fazendários; por um Código de Processo Civil, de boa doutrina, mas péssimo e obsoleto como instrumento hábil e eficiente para o fim a que se destina; a falta de verbas para o aparelhamento da máquina judiciária etc.

Forçoso reconhecer que os conselhos correccionais e disciplinares descentralizados, estaduais ou regionais, estão deixando muito a desejar, mas não há problema do Judiciário que não possa ser resolvido por suas próprias forças para o que bastante em si será um conselho interno de âmbito nacional, homogêneo, tal qual o proposto pelo Superior Tribunal de Justiça, composto exclusivamente por magistrados.

Essa reforma, por exemplo, apregoa que fulminará o nepotismo, que, aliás, não precisa de modificação constitucional. No plano infraconstitucional já existem providências a respeito, proibindo a nomeação ou designação de cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau para cargos em comissão e para funções comissionadas, na esfera de

abrangência de cada tribunal ou juízo (Lei federal n. 9.421, art. 10; Lei complementar estadual n. 32/94 (MG); Lei estadual n. 7.451/91 (SP) etc).

Melhor seria que seus acólitos dissessem à sociedade com que inspiração e finalidade nasceram em outros países alguns desses conselhos, que, aliás, estão bem longe dos esperados resultados.

O malfadado Conselho Nacional da Magistratura, de estrutura heterogênea, em nada, absolutamente nada, irá contribuir para o aperfeiçoamento do Judiciário, mas, com toda certeza, deixará indelevelmente arranhados os postulados básicos de nossa república democrática e presidencialista.